

PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E EDUCAÇÃO: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE

LINGUISTIC PREJUDICE AND EDUCATION: CHALLENGES AND CONTRIBUTIONS TO TEACHING PRACTICE

Ana Ricardo Loiola Barbosa

Faculdade Única - Ipatinga, Brasil

Adriana Sousa de Oliveira

Faculdade Anhanguera, Brasil

Eliane Teresa Porto da Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Brasil

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/xn1xyd91>

Publicado em: 31.07.2025

Resumo: This paper investigates the phenomenon of linguistic prejudice, analyzing its social, cultural, and pedagogical implications, with the aim of identifying the contributions that a systematic study of the topic can offer to teaching practices. The research, qualitative in nature and bibliographic in character, is supported by authors such as Possari, Soares, Gorski, Ávila, among others, and seeks to understand language as both a cultural expression and a means of communication, subject to social, regional, and historical variations. The study highlights that linguistic prejudice is widely spread in social relations, often reproduced by schools and reinforced by normative pedagogical practices. It is observed that the language spoken by working-class communities is frequently devalued in contrast to standard language, which is regarded as legitimate. Such discrimination not only compromises students' linguistic identity development but also exacerbates educational and social inequalities. The research emphasizes the importance of language as a symbolic and powerful tool, underscoring that linguistic diversity must be valued as a legitimate expression of culture. In this context, it is the teacher's role to critically reflect on their practice, recognizing linguistic variation as a natural and necessary phenomenon in communication. The paper also discusses the use of jargon and the impact of technical and exclusionary discourse in institutional environments, pointing to the need for language that is accessible and appropriate to the communicative context. The final considerations indicate that linguistic prejudice can only be combated through the critical training of educators, a review of pedagogical paradigms, and the promotion of inclusive practices that respect linguistic differences. In this way, language ceases to be a tool of exclusion and becomes a powerful means of social and cultural emancipation. Valuing linguistic plurality within the school environment is, therefore, a fundamental strategy for building a more just and democratic education.

Palavra-chave: Preconceito linguístico; Variação linguística; Educação; Prática docente; Diversidade cultural;



Abstract: This monograph investigates the phenomenon of linguistic prejudice, analyzing its social, cultural, and pedagogical implications, with the aim of identifying the contributions that a systematic study of the topic can offer to teaching practice. The research, qualitative in nature and bibliographic in approach, draws on authors such as Possari, Soares, Gorski, Ávila, among others, seeking to understand language as a cultural expression and means of communication, subject to social, regional, and historical variations. The study shows that linguistic prejudice is widely spread across social relationships, often reproduced by schools and reinforced through normative pedagogical practices. It is observed that the language spoken by the lower social classes is frequently devalued in contrast to standard language, which is regarded as legitimate. This form of discrimination, in addition to undermining students' linguistic identity development, deepens educational and social inequalities. The research highlights the importance of language as a symbolic and powerful tool, emphasizing that linguistic diversity should be valued as a legitimate expression of culture. In this sense, it is the teacher's role to critically reflect on their practice, recognizing linguistic variation as a natural and necessary phenomenon of communication. The study also discusses the use of jargon and the impact of technical and exclusionary discourse in institutional environments, pointing to the need for accessible language appropriate to the communicative context. The final considerations indicate that linguistic prejudice can only be combated through the critical training of educators, the revision of pedagogical paradigms, and the promotion of inclusive practices that respect linguistic differences. Thus, language ceases to be a tool of exclusion and becomes a powerful means of social and cultural emancipation. The appreciation of linguistic plurality in the school environment is, therefore, a fundamental strategy for building a fairer and more democratic education.

Keywords: Linguistic prejudice; Linguistic variation; Education; Teaching practice; Cultural diversity.

1 Introdução

Por várias vezes fui vítima do preconceito lingüístico, devido ao acentuado sotaque nordestino que carrego. Quando estudei na minha graduação a disciplina de língua portuguesa, surgiu o interesse pelo tema: preconceito lingüístico.

Preconceito lingüístico é um tipo de preconceito contra a variedade lingüística de um povo, ou de certa região do país. Assim, diante dessa situação, senti a necessidade de desenvolver uma pesquisa bibliográfica sob o título: "Preconceito lingüístico: algumas contribuições". O estudo sistematizado sobre preconceito lingüístico traz várias contribuições para o trabalho do professor. Para tanto, procuramos identificar quais são as contribuições desse estudo sobre o tema em questão para o trabalho docente.

Para melhor compreensão do assunto, dialogamos com alguns estudiosos, que versam sobre tema: Passari (2001), Soares (2002), Gorski (2002), dentre outros.

No que tange a metodologia, lançamos mão da pesquisa qualitativa, classificando o trabalho como bibliográfico, consultando resenhas, artigos e dissertações a fim de conhecer as ideologias dos autores e o que eles pensam sobre preconceito lingüístico.

Desse modo, faz-se necessário conhecer a organização seqüencial dos capítulos desenvolvidos nesta pesquisa.

O capítulo um se constitui nesta Introdução, onde demonstra a intenção da pesquisa. O capítulo dois está reservado para a apresentação da teoria na qual nos inscrevemos objetivando, compreender e conhecer as discussões levantadas através dos autores. Nesse capítulo tecemos considerações sobre os conceitos-chaves que articulam a questão do preconceito lingüístico nas manifestações culturais no contexto social. No capítulo três procuramos apresentar o percurso que trilhamos no estudo de resenhas, artigos em jornais e revistas, como também livros e dissertações. Nessa busca de compreensão do fenômeno preconceito lingüístico.

Nas considerações finais, procuramos mostrar a importância da adequação da linguagem de acordo com a necessidade exigida, alertando aos educadores para a urgência de reflexões e pesquisas que venham envolver o tema.

2 O importante papel da linguagem

Mediante estudos realizados, observamos que existem pensamentos diferentes sobre a linguagem. Alguns teóricos defendem a concepção de linguagem como expressão do pensamento, gerador no interior do pensamento do indivíduo que depois a exterioriza com ajuda de códigos de signos exteriores. Segundo essa concepção, através da linguagem o homem representa para si o mundo, ou seja, o homem nasce com a capacidade de exteriorizar seu pensamento que é gerado no psiquismo.

Uma outra concepção de linguagem é aquela que compreende como meio objetivo para comunicação. A variação lingüística é um dos seus princípios de sustentação. Essa variação está ligada à localização social e espacial dos falantes. Para a autora Possari (2001, p. 30), “A língua é um conjunto de variedades”.

A sociolingüística afirma que, a sociedade é aquela que determina a variedade. Ainda referindo-se a autora a mesma afirma que essas variedades podem ser histórica, geográfica ou regional e social. Essa última é a que mais evidencia as noções de prestígio, de desprestígio e de preconceito.

Mas, para Soares (2001, p. 16),

As relações entre linguagem e cultura constituem a questão fundamental, nuclear, tanto na ideologia da deficiência cultural quanto na ideologia das diferenças culturais, em consequência, desempenham um papel central nas explicações do fracasso escolar.

Um complemento importante nessa interação da linguagem é a comunicação que acontece por palavras e pela fala. Por meio da fala manifestamos sensações, sentimentos, trocamos informações, enfim, conhecemos o outro e nos deixamos conhecer. Porém, a comunicação entre pessoas, é bem mais abrangente do que podemos expressar por meio da fala, ou seja, o ser humano possui recursos verbais, e não verbais que, na interação interpessoal, se misturam e se completam.

Como afirma Possari (2001, p. 14), “o falante está imerso num sistema simbólico, cultural que afeta o seu modo de produzir linguagem”. Assim, ao falarmos, podemos, por exemplo, sorrir demonstrando agrado, concordando ou discordar por um simples gesto para complementar o que falamos ou, demonstrar interesse ou desinteresse por aquilo que está sendo falado.

Um complemento importante na comunicação entre duas pessoas é a expressão facial que transmite várias informações e estados emocionais, tais como: interesse, alegria, raiva, entre outros.

Além das expressões faciais, temos os gestos que são poderosa fonte de comunicação. Podemos indicar objetos e pessoas com um simples apontar, podemos utilizar gestos sociais com significados, simplesmente acenado, como “tchau” ou “oi”.

Vemos, então, que a comunicação entre pessoas é marcada e complementada por vários elementos comunicativos que permitem compreender o outro, e, também, ser compreendido.

Conforme Soares (2001, p. 06), “a sociologia da linguagem que, interpretando as condições sociais da comunicação, explica as relações de força lingüística que atuam na sociedade e, conseqüentemente, na escola”.

A linguagem é uma dimensão que costuma passar despercebida no cotidiano da maioria das pessoas. O preço dessa desatenção é que, não raras vezes, reproduzimos conceitos defasados, lugares comuns, informações truncadas e preconceitos cristalizados.

Para Smolka (2003, p. 66),

A linguagem oral é, num primeiro momento, o canal de ligação entre linguagem escrita e aquilo que ela pretende representar e, portanto, é pela própria linguagem oral que se dá a internalização de aspectos da aprendizagem da escrita.

Este tipo de situação pode ser uma das causas da excessiva lentidão com que a escola vem mudando seu comportamento, raciocínio e conhecimento em relação ao uso freqüente dos meios de comunicação a ela disponíveis no seu processo de ensino e aprendizagem.

Para Carvalho (2007, p. A2), em seu artigo escrito para o jornal da cidade local,

As diferenças são bastante profundas. Há duas línguas no nosso Brasil: uma que se escreve e outra que se fala. E é esta última que é a língua materna dos brasileiros, a outra tem de ser aprendida na escola, e a maior parte da população nunca chega a dominá-la adequadamente.

O mesmo processo talvez seja também, responsável pela resistência contra a renovação de paradigmas, fato que hoje ocorre no contexto de mudanças em todos os sistemas sociais comuns.

3 A evolução lingüística

Este capítulo objetiva demonstrar alguns trabalhos de pesquisa sobre o tema, extraídos de diversos artigos já publicados. O que apresentamos aqui foi extraído de uma dissertação de mestrado – PUC/RS.

Este trabalho foi organizado em torno de um assunto atual e bastante polêmico: o preconceito lingüístico. Neste caso, podemos observá-lo disseminado em vários âmbitos da sociedade, acarretando conseqüências irreversíveis.

O conceito de “certo” e “errado” na língua e a avaliação social que atribui prestígio ou estigma às diferentes falas, dissemina a diversidade lingüística existente no país, fato inegável.

Segundo Gabriel de Ávila (2004, p. 01), “em seu artigo, a língua evolui adaptando-se aos usos inovadores da comunidade falante”. A língua não é uma entidade imutável e estanque.

Ela é comparada, por esse autor, com as espécies, que inevitável e naturalmente evoluem e se modificam.

Descrevendo sobre a evolução da espécie, o autor Gabriel de Ávila (2004) traz uma comparação das evoluções das espécies de seres vivos com a própria evolução lingüística, apresentando a teoria evolutiva de Darwin e a teoria de Lamarck. Segundo o mesmo, Darwin desejava mostrar que, na natureza, os seres mais adaptados têm melhores condições de sobrevivência, podendo, então, transmitir seus genes vencedores às gerações seguintes. Assim, as espécies de seres vivos vão adaptando cada vez mais ao meio em que vivem, ou seja, as espécies vão modificando-se e acontece a diversidade das mesmas.

Esclarecemos melhor que mediante esse contexto de evolução de espécie, a língua que permanece como “correta” é a língua da classe do poder, pois é a que mais tem a condição de evoluir, adaptar-se ao meio.

Gabriel descreve sobre a teoria da evolução de Lamarck, afirmando que, segundo esse cientista “a modificação experimentada pelo indivíduo, desde que útil seria transmitido aos seus descendentes, havendo transmissão de característica adquirida”. Ávila (2004 apud LOPES & LOPES, 1993) ainda afirma que determinados indivíduos de uma espécie passaram a usar e desenvolver mais um órgão do corpo, esse órgão seria valorizado em seus descendentes.

Mas se certa parte do corpo parecesse não ter utilidade para o indivíduo como (dedo mínimo do pé) seus descendentes provavelmente perderiam essa parte. Ávila ainda especifica que, pela idéia de Lamarck, aquilo que efetivamente é usado e desenvolvido terá mais chances de ser passado às gerações seguintes.

Ao contrário, o que não é usado cai em desuso, legitimando assim a lei do uso e desuso. Nessa direção observa-se que as duas teorias explicam em parte a evolução e a diversidade lingüística. Parafraseando o autor do artigo, o qual estamos descrevendo, tem sentido essa idéia de uso e desuso, pois, o que não é utilizado constantemente como, por exemplo, o pronome da nossa língua, “vós” dificilmente passará às futuras gerações, ao contrário do pronome “a gente”, se bastante utilizado a tendência é incorporar-se à língua fortalecendo seu uso.

3.1 O direito a fala

Neste capítulo, apresentaremos as idéias da resenha do autor Edair Maria Gorsk, elaborada a partir do livro *O direito à fala*, a questão do preconceito lingüístico.

Para uma melhor compreensão da questão em estudo, ressaltamos o grande valor da língua, pois evolui, modifica-se e adapta ao espaço e o tempo. Segundo Gorski (2002, p. 01),

O direito a fala surge num momento em que se testemunha o sucesso de “novos gramáticos mediatizados e em que ganha nova relevância, o poder simbólico da linguagem”. Como resultado de um processo histórico é o pano de fundo para a caracterização do preconceito lingüístico como fruto da intolerância em relação as variantes lingüísticas e suas mudanças.

Preconceito, segundo a resenha estudada, é aquele que a própria escola e os gramáticos tratam de difundir.

Entendemos que a criança ao chegar à escola já possui conhecimentos de sua língua materna, porém, no nível da fala, é o suficiente para se comunicar com as pessoas de seu grupo.

O autor ainda focaliza fatos da mídia em que a diversidade lingüística é ridicularizada através de novelas, filmes e propagandas.

Ainda no trabalho em estudo, é destacado o preconceito e exclusão, apresentando alguns equívocos, dentre os quais, de que a escrita é a essência da linguagem; ignorando a diversidade lingüística e os processos de variação e mudança. Questões como a atitude frente à língua de poder e a competição pelo acesso aos bens sociais.

Nesse sentido a chave, invisível, mas legitimada, das práticas excludentes e a ideologia lingüística é a de que somos um país monolíngue.

Dando continuidade à análise da resenha escrita por Gorsk, observamos que é apontada a questão do preconceito contra a fala das classes populares, a dicotomia arraigada em nossa cultura, decorrente da correlação entre pensamento e linguagem, que opõe a “racionalidade da classe educada” a “espontaneidade pré-racional do povo”. A língua popular seria criativa, espontânea, mas às vezes ilógica. O autor apresenta algumas expressões contrapondo ao padrão normativo como, “que nem” e “que só”, tidas como de uso popular e possivelmente condenados pelos normativistas, pelo aparente ilogicismo presente nelas. Isso demonstra o perfeito funcionamento comunicativo dessas construções, que são solenemente ignorados pelos gramáticos tradicionais.

Abordando a relação entre Estado e a língua, a resenha traz a fala de um dos autores da coletânea da resenha, no qual enfatiza a concepção de que no Brasil se fala uma única língua: Preconceito, desconhecimento da realidade e projeto político de construir um país monolíngue. É colocada a questão de que ideologicamente produziu-se no Brasil o conhecimento de que se fala o português e o desconhecimento de que muitas outras línguas são faladas.

Existe um percurso histórico ricamente documentado do plurilinguismo no Brasil, da política homogeneizadora e repressiva de imposição do português, como a única língua legítima e da conseqüente redução do número de línguas por um processo conhecido como “deslocamento lingüístico”. Somos hoje um país pluricultural e multilíngüe, seja pela variedade dialetal, seja pela diversidade de línguas faladas no território.

Por outro lado, o trabalho em estudo traz o impacto que a linguagem causa sobre as coisas e os acontecimentos. O problema não está na linguagem propriamente dita, mas tem méritos políticos e que é um equívoco pensar que uma substituição de palavras com diferentes conotações ideológicas poderia influenciar na diminuição dos preconceitos.

Nesse aspecto, a resenha deixa claro que uma das maneiras mais eficazes de combater os preconceitos sociais é monitorar a linguagem e exercer controle sobre a fala, pois “intervir na linguagem significa intervir no mundo”.

Dessa forma, o trabalho resenhado chama a atenção para preconceitos, por vezes camuflados, presentes em situações de aprendizado e de uso de línguas estrangeiras. Identificadas como: o monoglota orgulhoso e o provinciano cosmopolita; e opoliglota esnobe e o poliglota ignorante. Ambos os casos são relacionados à metáfora do “sistema gravitacional”. Falantes políglotas de línguas tidas como periféricas, não costumam ser valorizados pelo fato de serem plurilíngües. Já aqueles que falam línguas de maiores prestígios, tenderiam ao protótipo do poliglota esnobe, isto é, daquele que usa uma língua estrangeira com a intenção de marcar diferença cultural e não para interagir.

Nesta direção, observamos na resenha estudada que só através de estudos, pesquisas e investigação que o preconceito lingüístico poderá ser disseminado do nosso meio social, pois, entendemos que, quando o assunto é levado às discussões, na luta pela modificação da estrutura social, acontece o rompimento do bloqueio de acesso ao poder, convicto de que o direito a fala é um dos caminhos para quebra desse paradigma, principalmente, através do professor na sala de aula, como também de todo o sistema educacional.

3.2 O uso de jargão

Para melhor situarmos o fenômeno preconceito lingüístico, não podemos deixar de mencionar ainda a problemática envolvendo palavras incomuns e jargões.

Para Heloisa Helvécia, em seu artigo escrito para folha de São Paulo, antigamente, jargão era a gíria dos marginais, até hoje há estudos nos quais a palavra é usada como sinônimo de gíria.

Para Dino Preti, professor da PUC-SP, “jargão é a linguagem científica ou técnica banalizada”. Por definição é uma forma de falar, inadequada à situação. A pessoa quer se promover, mostrar que fala uma linguagem que o outro desconhece, o que disfarça uma ignorância.

É fácil apontar o jargão dos outros, difícil é viver sem um. Do tele marketing ao ministério, da mecânica ao magistério, toda atividade tem vocabulário próprio.

“O jargão tem um sentido mais pejorativo nos meios acadêmicos, mas, na verdade, a própria academia o usa muito”, afirma (Preti professor PUC-SP). O artigo ainda comenta que não existe nenhum problema com o vocabulário especial, o problema é o uso mal intencionado. O jargão nasce quando essa linguagem é vulgarizada, quando há pedantismo, pretensão, quando alguém usa palavras difíceis para mostrar superioridade intelectual, fazendo o interlocutor emudecer, perder a face.

Assim, de acordo com os comentários da autora, os defensores da norma culta não podem criticá-lo nem dizer que é destituído de um procedimento cultural. Num país pobre, sem escola e sem acesso a livros, proibir também as formas de falar seria um ato criminoso contra a cidadania, afirma.

O artigo traz críticas a certas expressões que deixam o ouvinte sem compreender a mensagem. Entendemos que, a maneira utilizada na linguagem varia de acordo com o local exigido para não se tornar incompreensível ao público.

Segundo a autora, o crítico é sempre o da naturalidade. O melhor vocabulário é aquele que, sem descer à vulgaridade, funciona para o grupo ou para diferentes níveis de educação e formações.

Segundo o artigo em estudo, textos de contratos, comunicados oficiais e informativos dos quais as pessoas dependem para tomar decisões precisam ser claros.

Referindo-se a alertas distribuídas em posto de saúde que começa com “Aids, AegyPti” e também bula de remédio que não é feita para informar mas para cumprir uma lei. Inconscientemente, ninguém quer explicar nada e sim preservar seu poder por meio da linguagem. A língua serve menos para a comunicação e mais como marca social. Quanto mais dividida é uma sociedade, mais diversidade de língua ela vai apresentar. Pret (PUC-SP) defende que, não existem mais linguagens puras ou padrões melhores ou piores. O que existe são variações. A linguagem culta é ideal em certas condições e, em outras, não. O falante culto, afirma, não é o

que conhece a gramática, mas o que sabe se adaptar às variações de linguagem, de acordo com cada situação.

Portanto, podemos notar que o preconceito lingüístico está presente entre nós nas mais diversas manifestações culturais. Assim, não existe variedade fixas, mas diferentes modos e formas de linguagem decorrentes de fatores dos mais variados, corroborando para a evolução e variação da língua no decorrer do tempo e no contexto no qual se encontra inserido.

4 A metodologia da pesquisa

Este capítulo objetiva apresentar os caminhos que percorremos para construir este trabalho.

4.1 A natureza da pesquisa

A pesquisa é qualitativa de cunho bibliográfico. A pesquisa qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (1994, p.47) apresenta cinco características básicas: possui o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Os dados coletados são predominantemente descritivos. A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo o pesquisador e a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

Classificamos este trabalho como bibliográfico, pois, segundo Carvalho (1989, p. 100), “procura consultar no âmbito de documentos escritos as informações necessárias para progredir no estudo de um tema de interesse, neste o preconceito lingüístico”.

A pesquisa bibliográfica divide-se em três fases: identificação de fontes seguras, localização dessas fontes e a compilações de documentos.

São materiais importantes para que a pesquisa bibliográfica encontre resultados positivos ou precisos (seguros).

Para Cervo (2007, p. 60),

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema.

O autor ainda complementa afirmando que a pesquisa bibliográfica é um meio de formação por excelência, no qual estará sempre na forma de documentos escritos, estejam eles impressos ou digitados em meios magnéticos ou eletrônicos (CERVO, 2007, p. 80).

O procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.

Segundo a enciclopédia Wikipédia, o estado da arte é o nível mais alto de desenvolvimento, seja de um aparelho, de uma técnica ou de uma área científica. O “Estado de Arte” indica, portanto, o ponto em que o produto em questão deixa de ser um projeto técnico para se tornar uma obra-prima.

Podemos compreender que, estado de arte ou estado do conhecimento torna-se de caráter bibliográfico, tendo como meta discutir e esclarecer melhor certo tema através de dissertações, teses, artigos e outros.

Classificamos este trabalho como qualitativo por incidir sobre aspectos da vida educativa e apresentar as características propostas por Bogdan e Biklen (1994). Segundo estes autores, a pesquisa qualitativa preocupa-se mais com o processo do que com o produto considerando o ambiente natural como fonte direta dos dados, e o pesquisador como principal instrumento, em que o significado dado pelas pessoas, às coisas e à vida devem constituir-se focos de atenção especial do pesquisador. Predomina o caráter descritivo dos dados.

Autores como Bagno (1999), Soares (2001) Possenti (1996) e outros retratam a problemática investigada por nós, cujo objetivo foi descobrir as contribuições dos teóricos sobre o tema em estudo para o surgimento das discussões sobre o preconceito lingüístico no contexto da escola.

A nossa pesquisa é também bibliográfica, porque fizemos o levantamento dos dados de variadas fontes, passando pelo processo de documentação indireta. A documentação indireta serve-se de fontes de dados coletados por outras pessoas, podendo constituir-se de material já elaborado ou não. Dessa forma, ela é uma pesquisa bibliográfica, de fontes secundárias.

A pesquisa bibliográfica está fundamentada na busca de elementos importantíssimos para o desenvolvimento das atividades. Esses elementos consistem no levantamento de principais autores que abordam o tema relacionado ao assunto do trabalho.

Na pesquisa bibliográfica, outro passo importante é, no decorrer da leitura dos livros selecionados, sublinhar ou grifar as idéias-chaves que cada autor apresenta e, posteriormente, elaborar um fichamento do que se acha relevante para o desenvolvimento do trabalho. Foi isso que nós fizemos, também.

Os passos que seguimos foram levantados de bibliografias já publicadas, em formas de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A finalidade das consultas foi colocar-nos em contato direto com dados que já foram escritos sobre o assunto da pesquisa.

Ao fazermos a pesquisa bibliográfica, passamos por oito fases distintas.

1. Escolha do tema: O tema da pesquisa, como já apresentamos, é “Preconceito Lingüístico”. Selecionamos este assunto de acordo com nossas inclinações e aptidões, pois como já falamos em nossa introdução, o tema foi bem direcionado por uma necessidade pessoal. Também levamos em consideração fatores externos: a disponibilidade do tempo para realizar a pesquisa. O que muito dificultou o trabalho foi a pouca produção de obras pertinentes ao assunto em número suficiente para o estudo global do tema.

Após escolhermos o assunto o passo seguinte foi a sua delimitação. A delimitação do assunto implica: distinguir o sujeito e o objeto da questão. O objeto da nossa pesquisa é o tema propriamente dito. Portanto, o sujeito é o trabalho, o objeto é a organização.

Especificar os limites da extensão, tanto do sujeito quanto do objeto. Esta parte foi realizada através da determinação das circunstâncias, pois surgiram alguns contratempos no decorrer do processo que levaram a delimitar a extensão do assunto.

2. Elaboração do plano de trabalho. A elaboração do plano de trabalho se constituiu na construção da matriz analítica do projeto e dos fichamentos de alguns textos. Foi observada

a estrutura de todo o trabalho científico: introdução, desenvolvimento e conclusão. Esta fase envolveu a formulação do problema, do objetivo, a escolha dos autores, o tipo de metodologia e o título.

3. Identificação. Esta é a fase de reconhecimento do assunto pertinente ao tema em estudo. O primeiro passo foi fazer a relação das obras sobre o tema: livros, revistas, pesquisa na biblioteca, etc.

4. Localização. Tendo realizado o levantamento bibliográfico, identificamos as obras que nos interessaram e passamos à localização de outras fontes.

5. Compilação. Nesta parte, fizemos uma reunião sistemática do material por meio de xérox, empréstimos de livros da biblioteca e de pesquisas na internet.

6. Fichamento. Na medida em que fomos tendo em mãos as fontes de referências, os dados foram transcritos em fichas, com o máximo de exatidão e cuidado. Isso permitiu a ordenação do assunto possibilitando uma seleção constante da documentação e de seu ordenamento.

7. Análise e interpretação. A primeira fase da análise e da interpretação foi uma leitura crítica do material bibliográfico, sendo considerado um prejuízo de valor sobre os materiais científicos escolhidos. Essa crítica dividiu-se em externa e interna.

A crítica externa foi feita sobre o significado, a importância e o valor histórico das obras analisadas, considerada em si mesma e em função do trabalho à medida que foi sendo elaborada. Esta fase abrangeu:

a) Crítica do texto: averiguou-se se os textos consultados não sofreram alteração, se foi escrito pelas mãos dos autores, se sofreram modificações de edição para edição, etc.

b) Crítica da autenticidade. Observamos os autores, o tempo, as circunstâncias da composição, mas concluímos que todos são autênticos, o que valoriza a autenticidade do nosso trabalho.

c) Crítica da proveniência: nesta fase investigamos a proveniência dos textos que consultamos para a pesquisa.

Já a crítica interna é aquela que aprecia o sentido e o valor do conteúdo. Compreende:

a) Crítica de interpretação e hermenêutica: aqui nós examinamos o sentido exato que os autores que estudamos quiseram exprimir sua visão em relação ao tema em estudo.

b) Crítica do valor interno do conteúdo: nessa fase apreciamos as obras e formamos um juízo sobre a autoridade dos autores e o valor que representa o trabalho e as idéias nele contidas.

A segunda fase da análise e da interpretação da pesquisa compreende a decomposição dos elementos essenciais e sua classificação, isto é, verificação dos componentes de um conjunto e suas possíveis relações. Assim, passamos de uma idéia-chave geral dos textos para um conjunto de idéias mais precisas. Dessa forma, pudemos concretizar, através de uma análise progressiva e cada vez mais concreta, as idéias iniciais gerais e as mais abstratas que encontramos nos autores.

A terceira fase é a generalização. Esta etapa é imprescindível na análise e na interpretação dos dados. Nesta fase evidenciamos novas questões, construímos novos conhecimentos e observamos que ela nos trouxe algumas vantagens, permitiu a classificação dos textos; evidenciaram-se novas questões no trabalho da pesquisa por intermédio de associações, semelhanças e analogias.

A quarta fase exigiu uma análise crítica do trabalho, utilizando instrumentos e processos sistemáticos e controláveis. Detivemos-nos na objetividade, na explicação e na justificativa. Trabalhamos mostrando que estes elementos são de suma importância para chegarmos à realidade do trabalho.

Finalmente, a interpretação que exigiu a comprovação ou a refutação do nosso problema e objetivo. Nesta etapa final levamos em consideração que os dados por si só nada dizem, é preciso que os interpretemos, isto é, sejamos capazes de expor seu verdadeiro significado e compreender as ligações mais amplas que podem conter.

8. A redação. A redação da pesquisa bibliográfica varia de acordo com o tipo de trabalho científico que se deseja apresentar. No nosso caso, é um relatório monográfico que surgiu da nossa pesquisa, norteadada pela matriz analítica inicial.

5 Considerações finais

Esta pesquisa insere-se na temática a respeito do preconceito lingüístico, e enquanto pesquisadora, mesmo iniciante, pensamos ter alcançado o objetivo que foi identificar através de estudos as contribuições teóricas para o trabalho do professor.

Como podemos notar, o preconceito lingüístico está presente nas mais variadas camadas da nossa sociedade, não existindo o valor devido com a língua materna de cada cultura. Para Soares (2001, p. 56),

Assim, as relações de força simbólicas presentes na comunicação lingüística definem quem pode falar, a quem, e como; atribuem valor e poder à linguagem de uns e desprestigiam a linguagem de outros; impõem o silêncio a uns e o papel de porta-voz a outros.

A diversidade lingüística está presente entre nós, nas mais diversas manifestações culturais. Assim, o falante culto não é o que conhece a gramática, mas o que sabe adequar à linguagem de acordo com a situação.

Os brasileiros enfrentam uma dificuldade muito grande em escrever textos, porque falamos muito diferente do que escrevemos e que por vezes, a escola e os gramáticos procuram perpetuar essa questão.

Deste modo, é importante esclarecer que nem tudo é permitido, mas a linguagem deve estar, de acordo com o ambiente, entendendo que existem modos e formas de linguagem decorrentes de fatores geográficos sociais e econômicos, colaborando para a evolução e variação da língua no decorrer do tempo.

Portanto, respondendo ao nosso problema, “o estudo sistematizado sobre preconceito lingüístico traz quais contribuições para o trabalho do professor?” entendemos que é preciso que aconteçam reflexões, pesquisas e estudos que envolvam essa problemática, nos quais venham surgir novos olhares a respeito desse problema, enfraquecendo dessa forma, o preconceito lingüístico, principalmente, por parte do educador que possui um papel significante no contexto atual de inclusão com inovação de sua prática.

Referências

- BOGDAN, Roberto C. e Biklen, Savi Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: Ed. Porto, Portugal: 1994.
- CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. **Construindo o saber. Metodologia científica**. 2.ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1989.
- CARVALHO, Rosilene Rodrigues de. **Que língua se fala no Brasil?**Jornal A Tribuna, Rondonópolis, 21 de julho.2007, Folhetim, p.A2.
- CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. Amado Luiz Cervo, Pedro Alcino Bervian, Roberto da Silva.6.ed. São Paulo: 2007.
- GORSKI, Edair Maria. **O direito a fala**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- HELVÉCIA, Heloisa. **Jargão**. Folha de São Paulo.
- LAKATOS, E. M., MARCONI.M. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1994.
- OTHERO, Gabriel de Ávila. **Sobre a evolução lingüística**. Resgate, Revista Letra Magna científica. Ano 01-nº1 – 2º. Semestre, 2004.
- POSSARI, Lúcia Helena Vendrúsculo; NEDER, Maria Lúcia Cavalli. **Linguagem: o ensino: o contorno, o percurso**. 2. ed. Cuiabá, UFMT, 2001.
- SOARES, M. **Linguagem e escola uma perspectiva social**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- VYGOTSKY e a construção do conhecimento/ Ana Lúcia Smolka, Maria Cecília Rafael de Góes (orgs.). **A linguagem e outro no espaço escolar**. 9. ed. Campinas, 2003.